Acervo ISA

CEDI - P. I. B.
DATA 30 12 86
COD. 0KD13

Colonização da amazônia maranhense*

Recebido para publicação em 15/10/1980

MARTINE DROULERS, Universidade Federal da Paraíba e **PATRICK MAURY.**

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a colonização e as zonas pioneiras no Brasil são numerosos. Nesses textos são usadas alternativamente as expressões *fronteira agrícola, frente de colonização, orla pioneira*, ou ainda, *frente de expansão*. Pierre Monbeig[1] prefere usar *orla pioneira*. O sentido vago do termo convém para essa região instável e incerta, "onde grupos de homens progridem de maneira irregular"[2]. Enquanto Otávio Guilherme Velho[3] propõe para as áreas amazônicas a expressão *frente de expansão*, esta é constituída pelos segmentos extremos da sociedade brasileira que penetram em regiões, até o momento, inocupadas ou ocupadas apenas por tribos indígenas". Estas regiões não são obrigatoriamente as zonas limites de progressão dos migrantes, mas podem ser também regiões poupadas, que os homens contornavam, encraves devidas a condições mais difíceis de acesso ou menos favoráveis à agricultura e a ponto de serem absorvidas pelas fronteiras agrícolas. Elas existem tanto no norte quanto nas regiões mais desenvolvidas do sul do Brasil e muitas vezes apresentam-se como o último refúgio dos índios. No nordeste do Maranhão forma-se este tipo de encraves, atualmente em processo de rápida integração.

Nas atuais condições de expansão da fronteira agrícola, estas frentes de colonização são áreas de tensão social.

Com o esgotamento das terras e a pressão dos grileiros[4] após 2 a 3 anos de cultura sem fertilização do solo, os primeiros desbravadores são obrigados a deixar o local para "proprietários" médios ou grandes que em geral praticam a pecuária extensiva. O pequeno lavrador que permanece é, na maioria das vezes, dependente de seus poderosos vizinhos pelas ferramentas de trabalho, pelos adiantamentos de qualquer tipo e pela possível complementação de renda por um trabalho assalariado. Assim se reproduz um sistema de dominação/exploração dos pequenos produtores, designado, segundo as regiões, pelos termos *aviamento, barracão*[5], para as relações econômicas, e *coronelismo*[6] para as relações políticas.

A abertura de bancos públicos nos centros rurais permitiu uma evolução das relações de dependência sem constituir uma liberação para o agricultor que praticamente só pode ter acesso ao crédito com o aval de um comerciante.

O presente trabalho constitui uma abordagem do papel dos pequenos lavradores numa frente de colonização, no ponto de estabilizar-se.

Após ter apresentado as várias etapas do povoamento do espaço maranhense, estudaremos as decisões sócio-políticas tomadas desde o início da colonização, a fim de observar em que medida elas contribuíram na formação de estruturas agrárias influindo na fase atual de ocupação. Esta última começa a iniciativa da SUDENE em 1962 na região do Alto Turi[7]. Ela es-

---

* Original , em francês, para o colóquio sobre "Objetivos e mecanismos dos movimentos pioneiros", Paris-CNRS, 12 a 15 de dezembro de 1979.

1. Pierre Monbeig. 1952. *Pionniers et planteurs de São Paulo.* Paris, Armand Colin, 376 p.

2. Pierre Monbeig, Id., p. 147.

3. Otavio Guilherme Velho. 1972. *Frentes de expansão e estrutura agrária.* Rio de Janeiro, Zahar, 176 p.

4. Os que se tornam donos-de-terras com documentos falsos e/ou pela força, expulsando os primeiros ocupantes.

5. Forma de crédito, na maioria das vezes *in natura,* fornecido por um comerciante a um pequeno agricultor que compromete-se a lhe vender sua safra.

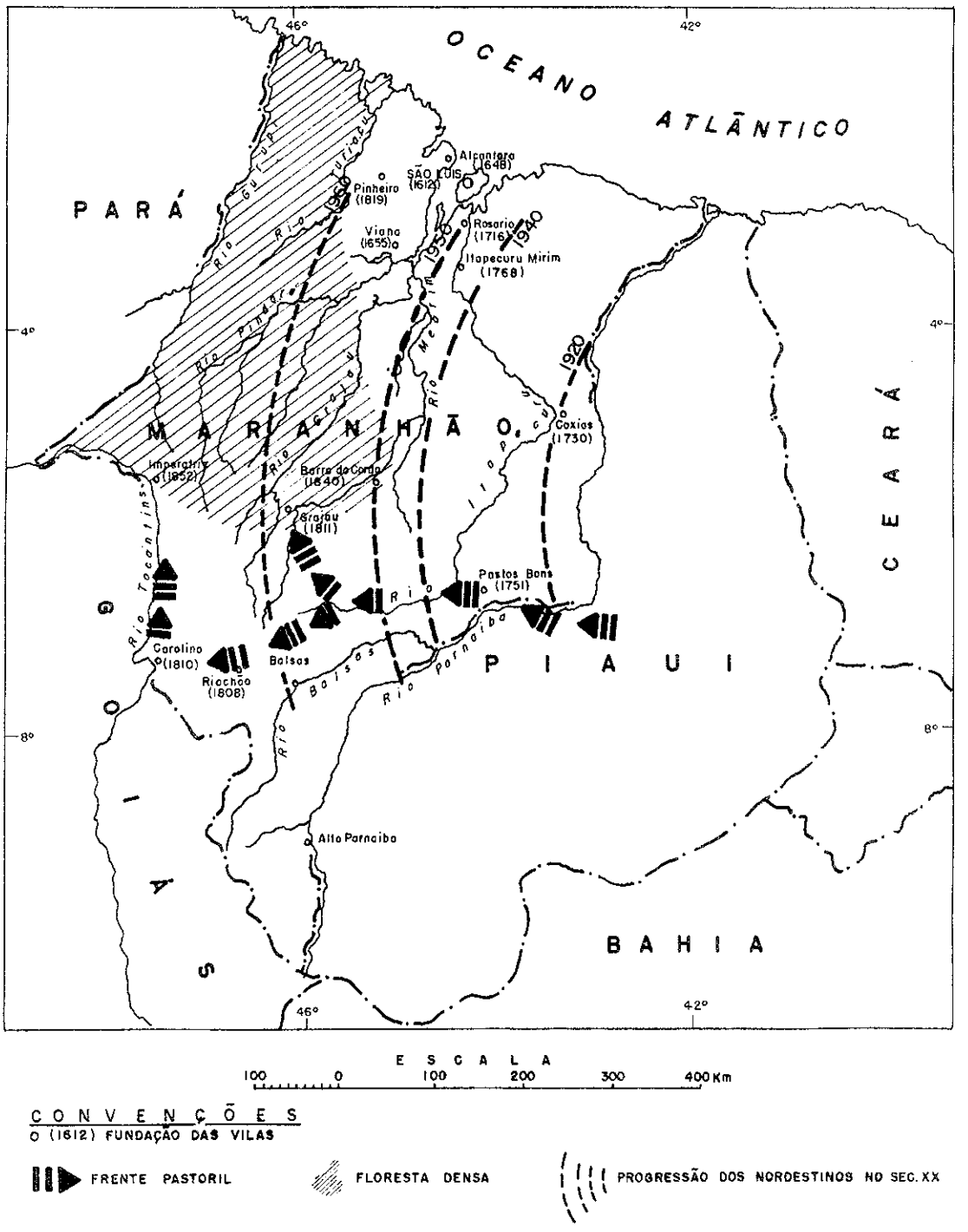
6. Líder político que usa os bens fundiários e uma polícia particular como meio de estabelecer laços de dependência — ver Vitor Nunes Leal. 1949. *Coronelismo, enxada e voto.* Reedição São Paulo, Alfa Omega, 1976.

7. O interesse da área estudada aparece pelos agentes envolvidos: COLONE — Companhia de Colonização do Nordeste, Sociedade de Economia Mista, Subsidiária da SUDENE.

SUDENE — Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

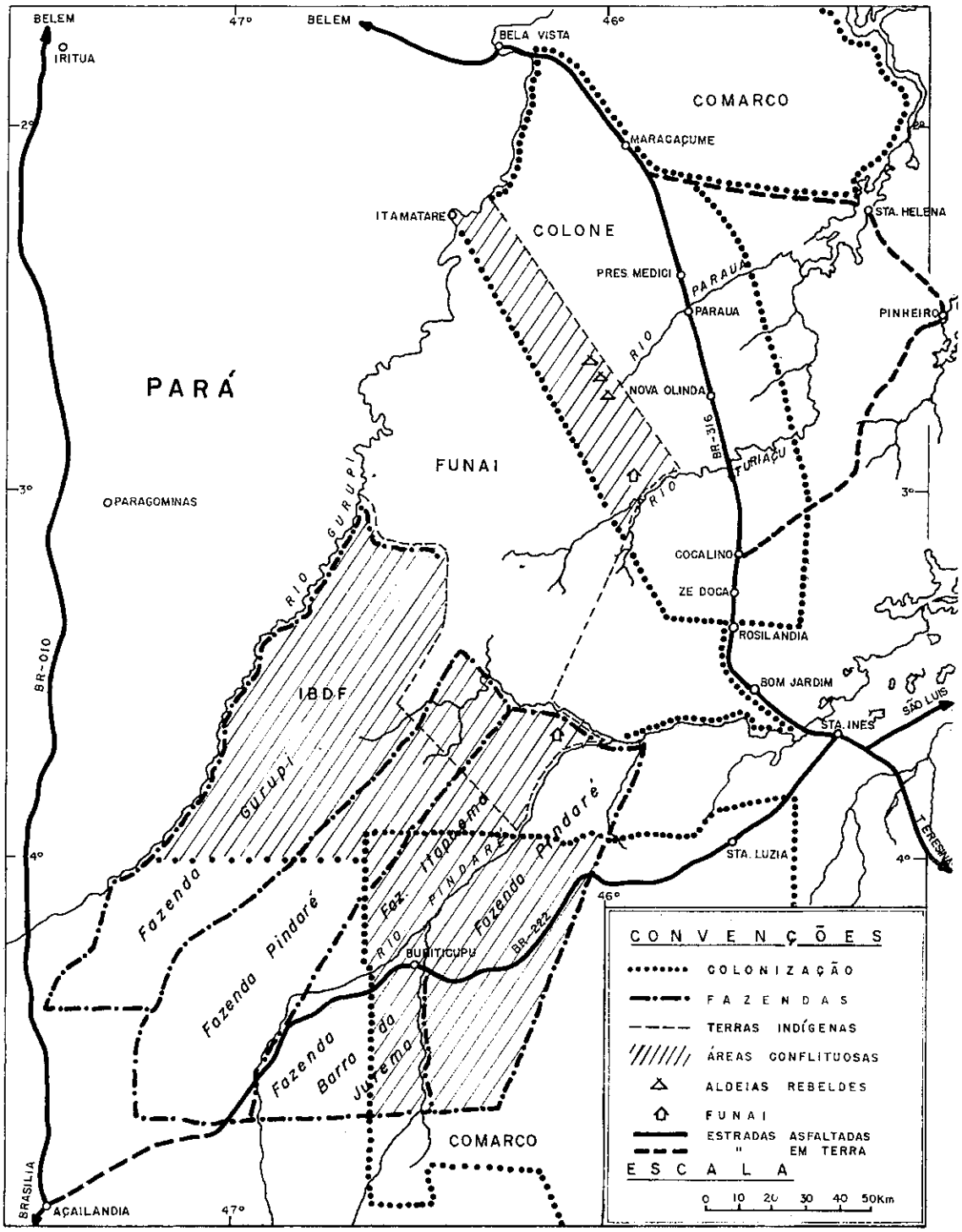
BNB — Banco do Nordeste do Brasil S/A — Acionista da COLONE, agente da política de repasse de crédito agrícola.

Acervo ISA



Mapa n.° 1. Movimentos de povoamento.

Acervo ISA



Mapa n.º 2. Ocupação do espaço.

Acervo ISA

tá voltada teoricamente para os pequenos lavradores do Nordeste e será o assunto da nossa 3.ª parte.

É através deste tipo de experiência que se podem distinguir as alternativas que interessam às organizações internacionais para resolver os problemas agrários nas áreas pioneiras da América Latina.

1. OS MOVIMENTOS DE POVOAMENTO

Nos primórdios da colonização (Fundação de São Luís pelos franceses, em 1612, e conquista pelo exército luso-espanhol em 1615), a colonização efetiva destas terras do norte do Brasil estava limitada a uma estreita faixa litoral nas proximidades dos seguintes centros: Alcântara (1648), Aldeias de Maracu, atual Viana (1655), Rosário (1716), Guimarães (1755), Itapecuru (1768).

Os colonos encontravam-se muito isolados, pois com a descoberta das minas de ouro de Minas Gerais, Portugal se interessava mais pelos recursos minerais que pelos produtos agrícolas de suas colônias. Os fazendeiros pioneiros do Maranhão, na maioria das vezes militares ou administradores, iniciaram a caça ao índio, pois precisavam de uma numerosa mão-de-obra. De fato, pela precariedade das relações com Lisboa, cada família era obrigada a produzir tudo o que precisava.

Os índios do litoral (Tupinambás) eram bastante numerosos[8]. Para não serem escravizados eles fugiram para o interior, onde os jesuítas os juntaram em povoados. O padre Antonio Vieira teve um papel importante na formação destes, entre 1650 e 1660.

A penetração se fez progressivamente rumo ao sul, acompanhando os rios Itapecuru, Mearim, Grajaú, Pindaré. Colonos portugueses recebiam vastas concessões de terras ou sesmarias (18 × 6 km), principalmente na época de Dom José I (1750-1777), no decorrer da qual, 95 sesmarias[9] foram entregues, ou seja, aproximadamente um milhão de hectares. Até a abolição do regime de sesmarias (1822), as superfícies assim entregues atingiram aproximadamente 3,5 milhões de hectares.

Os problemas de valorização dos vales são os do desmatamento, que exige uma numerosa mão-de-obra; foi a partir da metade do século XVIII que os africanos escravizados foram trazidos em grande número: 1 000 por ano entre 1770 e 1804.

No final do século XVIII, a Capitania do Maranhão contava com 80 000 habitantes, dos quais 46% escravos e, em 1822, 150 000 habitantes, dos quais, 51% escravos.

Paralelamente à valorização agrícola dos grandes vales maranhenses para a produção de arroz, algodão e cana-de-açúcar, outros pioneiros chegavam pelo sul formando uma frente pastoral (ver Mapa 1), com o incentivo de criadores baianos da região do rio São Francisco. Eles atingiram o Vale do Parnaíba nos anos 1750, e, daí, prosseguiram no Alto Sertão Maranhense, chegando ao Rio Tocantins no início do século XIX[10].

Esta frente pioneira dos criadores traduz-se por uma baixa ocupação do espaço no quadro de grandes fazendas que praticam a pecuária extensiva tradicional em cima de pastagens nativas, é uma frente de bandeirantes mais que de colonos, sua progressão parou no limite da floresta amazônica.

A esses dois movimentos de penetração que, encontrando-se, desviam rumo ao Oeste, acrescenta-se um terceiro movimento, o dos nordestinos fugindo das secas e procurando terras livres para desmatar. De fato, as regiões semi-áridas do sertão foram, a partir do século XIX, áreas de expulsão de população, mas foi principalmente com a decadência da exploração da borracha da Amazônia (1920) que os migrantes nordestinos no caminho do oeste fixaram-se na orla amazônica. A progressão foi rápida[11], 1940, Pedreiras, 1950, Bacabal, 1960, Alto Turi (Ver Mapa n.º 1).

A maioria dos pioneiros orienta-se rumo ao noroeste, tomando o caminho de Belém, enquanto um número mais reduzido de migrantes

---

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO (2.º acionista).

FUNAI — Fundação Nacional do Índio, que possui uma reserva nas terras da COLONE (Cf. Mapa n.º 2).

BIRD — do Grupo do Banco Mundial — que financia 6,7 milhões de US$.

8. *História da Missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas.* 1914. Claude D'Abbeville. Edição Brasileira, São Paulo, Itatiaia, 1978.

9. Vale do Itapecurú: 20, Mearim: 30, Baixada: 25, e o resto no Alto Sertão Maranhense. *In* Arquivos Torre do Tombo, Lisboa.

10. Velho, Ibid, p. 25.

11. Manuel Correa de Andrade, *Paisagens e problemas do Brasil*, Recife — UFPE, 1970.

Acervo ISA

segue o caminho aberto, rumo ao sudoeste pela frente pastoral.

Nos anos 60, ainda aparece nos mapas do Maranhão, ao nordeste, um triângulo não ocupado. Os limites são o Rio Gurupi, ao Oeste, a Baixada, ao Leste, e o Alto Sertão, ao Sul. Este triângulo corresponde à região ecológica chamada pré-amazônia maranhense (10 milhões de hectares), cujas terras são na maioria devolutas.

É de fato nesses vales médios e superiores do Gurupi e do Pindaré, onde a floresta é mais densa, que tribos Tupi instalaram seu último refúgio. Entre elas destacavam-se os Urubus, grupo chegado do Pará e que se estabeleceu na margem maranhense do Gurupi no decorrer da segunda metade do século XIX. Eles cultivavam a mandioca, o milho e o algodão, que era usado para fabricar as redes. Porém atrapalhavam a penetração dos "civilizados". A Guerra de Pacificação (1929-30) foi sangrenta.

Os sobreviventes foram reunidos num posto no Rio Gurupi: Canindé Açu. Eles são atualmente localizados numa reserva. A FUNAI tenta preservar os limites desta, contra as invasões de caboclos e de grileiros (Ver Mapa nº 2).

Neste mesmo triângulo, que se formou no noroeste do Maranhão, a pressão demográfica não pára de crescer[12]. De fato, após a penetração dos nordestinos, iniciou-se a migração dos próprios maranhenses. A terra se tornou um bem raro, nos vales do Maranhão, e cada vez mais cobiçada pelos empresários que, pela atual política agrícola, podem conseguir incentivos fiscais e empréstimos bancários vantajosos.

É assim que, a partir de 1965, os camponeses sem terra do Maranhão, *campesinato retirante*, segundo a expressão de Manoel Mato[13], iniciam sua "marcha para o oeste". Eles vão além dos limites do Estado, atraídos pelas distribuições de lotes de terra no Estado do Pará (o que não se fazia no Maranhão). Segundo as pesquisas de O. G. Velho, nos povoados dos vales do Araguaia e do Tocantins em 1969, 80% dos chefes de família eram maranhenses.

Eles são também atraídos pelos canteiros de obras na Transamazônica, e depois pelo Projeto Jari (Daniel Ludwig). Isto demonstra o duplo caráter desta migração nas terras virgens da Amazônia:

— famílias inteiras à procura de um pedaço de terra para estabelecer-se e cultivar. Neste caso, a ocupação é feita na forma de pequenos povoados chamados "centros"[14], criados na beira das estradas ou dos rios e igarapés. Famílias, muitas vezes originárias de um mesmo município, ali se reúnem. Elas plantam arroz e mandioca, iniciam a criação de porcos e de galinhas. Os primeiros a chegar ou fundadores tornam-se líderes, organizam a abertura de novas roças, os pedidos de titularização das terras, os contatos com os comerciantes e os homens políticos locais. Quando a área de influência do povoado se expande, ou as terras são cobiçadas por um grileiro, aparecem conflitos de terras[15].

— homens à procura de um trabalho (70% da população do Maranhão é rural) continuam chegando nas áreas novas e são contratados por dia para efetuar os trabalhos de desmatamento e cercamento. Neste caso, o proprietário trata com empreiteiros.

Quando este primeiro e difícil trabalho de desmatamento termina é plantada a pastagem, muitas das vezes, pequenas áreas, com bananas e café. O diarista tem então que procurar outro trabalho. Os "caboclos" se transformam progressivamente em operários migrantes e a Amazônia perde sua cobertura de floresta.

Para quantificar estes movimentos, nós temos à disposição fichários como o da COLONE. Numa amostra de 400 fichas, conseguimos os seguintes dados:

Etapas / *Origem*	*Número de residências a partir do lugar de nascimento*							
	1	2	3	4	5	6	Total	
Maranhão	45	70	56	34	13	12	230	57%
Piauí	11	36	29	18	5	7	106	26%
Ceará	7	12	11	13	5	4	52	13%
Resto Nordeste	-	3	5	2	4	2	16	4%
Total	15%	30%	25%	16%	7%	7%	404	100%

12. População do Maranhão: 1920, 875 000 habitantes, 1940, 1 235 000 habitantes, 1950, 1 583 000 habitantes, 1960, 2 440 000 habitantes.

13. Cadernos do CEAS, abril/junho de 1975, Salvador, BA.

14. Várias pesquisas antropológicas, após a do O. G. Velho, tratam deste tema; assim:

— FR. I. Vieira Keller. 1975. O homem na frente de expansão. *Revista de História*, abril/junho: 665 a 707.

— Maria de Lourdes Rodrigues. 1978. *Povoados do trecho norte da Belém-Brasília.* Rio de Janeiro, UFRJ, Mestrado.

15. O. Ianni. 1978. *A luta pela terra.* Rio de Janeiro, Vozes.

Acervo ISA

Os migrantes procedem por etapas e até nas áreas onde se tentou estabilizar os camponeses nos seus lotes, a mobilidade continua, por exemplo, em 400 lotes distribuídos 15 anos atrás, apenas a metade ficou de posse do mesmo colono, mais de úm terço tiveram dois ocupantes e 13% tiveram três.

Assim, em menos de vinte anos, a Pré-Amazônia está praticamente ocupada integralmente, mas com uma população instável e numerosos problemas de litígios entre proprietários.

Oficialmente, desde 1972, o ordenamento fundiário está controlado da seguinte maneira:

— Terras de segurança nacional[16]	4100000 ha
— COLONE	939000 ha
— COMARCO	2100000 ha
— PIC Barra do Corda (INCRA)	340000 ha
— RESERVA indígena (FUNAI)	726000 ha
— RESERVA florestal (IBDF)	1671000 ha

O Governo do Maranhão[17] tenta (des)acelerar a titulação das terras: 5360 títulos foram entregues entre 1970 e 1978, dos quais 1080 na Pré-Amazônia, correspondendo a uma área de 182600 ha. Além disso, as companhias de colonização se esforçam para fixar os colonos. Em Barra do Corda, 2600 lotes são titularizados entre 6000 ocupados na área, enquanto a COMARCO — Companhia Maranhense de Colonização[18] — está assistindo apenas 650 famílias; o projeto acaba de ser redefinido para receber 6500 famílias numa área de 215000 ha (no lugar das 10000 famílias previstas em 300000 ha); cercando esta área, 450000 ha foram cedidos a 25 grandes empresas agrícolas que fazem exploração madeireira e pecuária. O resto das terras atribuídas à COMARCO, isto é, 1400000 ha, ainda está em litígio (Ver Mapa n.º 2) e gera graves conflitos, particularmente nos municípios de Santa Luzia e Tùriaçu[20].

Entre todos os projetos, somente o do Alto Turi foi objeto de estudos detalhados, essencialmente micro e macroeconômicos; nós os analisaremos na 3ª parte.

As terras disponíveis para os agricultores expulsos são cada vez mais raras; de fato, a questão coloca-se mais em termos de garantias legais e de condições técnicas capazes de permitir a fixação dos migrantes nordestinos e amazônicos.

Vários projetos, que têm como objetivo esse tipo de solução, recebem o apoio de organizações internacionais; vários observadores mostram que essa ajuda está voltada mais para a formação de uma classe média que para a solução dos pequenos produtores e/ou dos agricultores sem terra[19].

Para perceber o conjunto dos mecanismos de formação da frente de colonização, parece necessário analisar as medidas tomadas, desde a época colonial, a respeito da Pré-Amazônia maranhense, agora na fase final de sua ocupação.

2. OS FATORES SÓCIO-POLÍTICOS DA ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO MARANHENSE — AS EMPRESAS RURAIS MERCANTIS E A ESCRAVIDÃO

Durante todo o início do período colonial, Portugal tinha duas colônias na América do Sul: o Brasil e o Maranhão-Grão Pará. As duas capitais, Bahia de São Salvador[21] e São Luís do Maranhão, estavam submetidas diretamente a Lisboa e praticamente sem relação entre si.

Foi somente a partir da segunda metade do século XVIII, sob o efeito da política de integração, levada por Pombal[22], que realizou-se a união dos dois territórios, cujas fronteiras com os países de língua espanhola foram delimitadas pelo tratado de Madrid (1750).

Pombal tentou ao máximo emancipar Portugal da dominação econômica exercida pelos ingleses e procurou, para isso, fortificar as possessões de ultramar por programas de povoa-

16. 100 km de ambos os lados das estradas federais, na Amazônia, sob jurisdição do INCRA.

17. Diagnóstico para o Plano de Governo — Setor Primário — 1979.

18. Criada em 1972, mas esvaziada pelos problemas de política fundiária existindo no Maranhão. Ver *In Amazonies Nouvelles,* Paris IHEAL/CNRS, 1977, p. 119.

19. Ver J. Collins e F. Moore Lappe, *In* Le monde diplomatique, junho de 1979 — La Banque Mondiale et le développement agricole du Tiers Monde, mythe de l'aide aux plus pauvres et piége de l'endettement.

20. Ver Mapa n.º 2 — Superposição dos projetos fundiários.

21. Bahia foi capital do Brasil de 1548 a 1765.

22. Pombal, José de Carvalho e Melo (1699-1782), Conde de Oeiras, Marquês de Pombal, Ministro da Guerra e do Exterior durante todo o reinado de D. José I (1750-1777).

Acervo ISA

mento, reformas políticas e sociais e a criação de companhias de comércio.

Esta vigorosa política, reforçada pela nomeação do irmão como Governador do Estado do Grão Pará-Maranhão, marca uma etapa na ocupação da região pela realização das seguintes medidas:

— a introdução de duas novas culturas, o arroz branco Carolina, no lugar do arroz vermelho nativo pouco produtivo, e o algodão herbáceo;

— a criação da Companhia Geral do Grão Pará-Maranhão[23] para estruturar os intercâmbios comerciais;

— a consolidação da sociedade branca pela organização de um novo fluxo de imigrantes portugueses;

— a expulsão dos jesuítas em 1760; esses grandes descobridores do interior do Maranhão foram acusados de manter os índios em escravidão. A coroa destruiu assim a supremacia deles na região e se apropriou das riquezas[24].

A política de Pombal teve seus frutos, os intercâmbios comerciais se multiplicaram e fortunas locais se formaram. Durante os anos 1770-1805, as exportações do Maranhão foram 4 a 5 vezes superiores às importações. Porém, os ingleses, que nunca deixaram de dominar os setores vitais da economia portuguesa (transportes marítimos e equipamentos militares), conseguiram novas vantagens nas colônias: o acesso direto aos portos do Brasil (1808), bem como um tratado de comércio muito vantajoso (1810).

Os ingleses dominavam então o mercado do algodão[25] e inundavam o Maranhão de produtos de luxo e de máquinas. É nesta época que foram iniciados os projetos de urbanização de São Luís e os famosos sobrados comerciais cobertos de azulejos. Porém, a prosperidade das fazendas de algodão foi de pouca duração (1815-1820), as desordens que acompanharam o acesso do Brasil à Independência (1822) e posteriormente a adesão do Maranhão à Independência, integrando-se ao Brasil (1823), desorganizaram a produção nos vales centrais e orientais do Maranhão; o ponto culminante foi atingido com a "Balaiada" (1838-1840). As chegadas contínuas de vaqueiros cearenses e baianos, vindos para impor a união e iniciar o processo de "nordestinização" da população do Maranhão, mantiveram um clima de agitação; foi então que os maranhenses revoltados se aliaram aos quilombos (povoados fortificados de escravos fugitivos) para proclamar a cessão do Vale do Itapecuru. O governo foi obrigado a despachar importantes tropas para dominar a revolta.

Esse episódio pode ser considerado como uma das primeiras expressões da luta das classes entre os agricultores sem terra e os latifundiários[26]. Com a abolição do regime das "sesmarias" (1822) e a Lei das Terras (1850), a compra destas se tornou possível, porém permaneceu inacessível para os pequenos lavradores.

A aristocracia fundiária e a vertigem industrial

Os grandes proprietários de terras e escravos das regiões litorais apoiavam totalmente as diretrizes econômicas do Imperador Dom Pedro II; eles beneficiaram-se, em particular, com medidas favoráveis para o desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar[27]. Em 1860, o Maranhão contava com 41 engenhos. O preço do açúcar e a mão-de-obra escrava permitiram aos donos de engenhos tornarem-se a nova classe dominante; eles procuravam melhorar os meios

23. Ver a tese de Manuel Nunes Dias: *A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1755-1778)*. São Paulo, EDUSP, 1971, 614 p.

24. No inventário dos bens confiscados aos jesuítas no Estado do Grão Pará-Maranhão, constata-se que eles possuíam 25 fazendas, 3 engenhos e 135 000 cabeças de gado, (M. N. Dias, *Ibid.*). Eles tinham também organizado, na região, 105 povoados indígenas.

25. As fibras de algodão, produzidas no Maranhão, tinham as mesmas características que as do sul dos Estados Unidos, assim, cada vez que os ingleses tinham dificuldades para se abastecerem nos Estados Unidos (Guerra de Independência, Blocus Napoleonian, Guerra de Secessão), o algodão maranhense era procurado. Estes períodos de forte demanda de algodão do Maranhão, porém, não contribuíram à criação de uma infra-estrutura de apoio para o desenvolvimento da agricultura. Ver a respeito Raimundo Gaioso. *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura no Maranhão,* Paris, Rougeron, 1818. Reedição, R de J. Livros do Mundo Inteiro, 1970, que constitui uma das primeiras tomadas de consciência da dependência econômica das colônias.

26. Ver Alberto Passos Guimarães. 1973. *Quatro séculos de latifúndio,* Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 151.

27. Durante as perturbações dos anos 1820 e 1840, o Maranhão importava seu açúcar de Pernambuco.

Acervo ISA

de produção[28] e mandavam seus filhos estudar na Europa. O Maranhão conheceu então um período de prosperidade e São Luís era a 5.ª cidade do Brasil.

Foi nestas condições que iniciou-se a fase de industrialização, os engenhos foram equipados com máquinas a vapor inglesas e as fábricas de fiação de algodão montadas em São Luís (a primeira empregando 120 operários é inaugurada em 1890). Em 1895, o Maranhão possuía o segundo parque industrial do Brasil, com 16 fábricas, imediatamente após Minas Gerais.

Mas esta euforia foi de curta duração, a grande obra desta época, a estrada de ferro São Luís-Teresina, iniciada em 1895, só seria acabada em 1927 e a "Tocantina", ligação leste-oeste, que deveria integrar os espaços amazônicos, seria objeto de importantes debates, sem nunca ser iniciada.

A São Luís-Teresina foi construída por trechos nos interfluxos, a fim de escoar a produção para os rios maiores onde desenvolvia-se a navegação a vapor. As condições para um desenvolvimento rápido da região pareciam estar reunidas, mas elas ficaram praticamente sem efeitos, em grande parte porque o sistema econômico regional não podia resolver o problema da substituição de mão-de-obra escrava (Abolição da Escravidão: 1888) atraindo imigrantes, como foi o caso do sul do Brasil[29], ou criando um novo modo de produção suscetível de manter os grandes campos de algodão, como foi o caso da parceria no nordeste semi-árido.

O capital inglês se retraía, nesta altura, da região, procurando se reconcentrar e organizar suas forças frente ao capital norte-americano, cujos cartéis tendiam a suplantar em nível internacional e particularmente na América do Sul.

A falta de capital sofrida pelas fábricas de fiação as impediu de modernizar-se e de continuar sendo competitivas, do ponto de vista do preço e da qualidade, em relação aos cartéis.

As fábricas locais passaram a produzir somente tecidos grosseiros para o mercado regional, constituído por população de baixa renda. As margens de lucro estavam reduzidas e as fábricas só tinham condições para comprar algodão de baixa qualidade. As condições estavam assim reunidas para a instalação de empresas que compravam o algodão não beneficiado para exportá-lo. Uma firma franco-belga — La Cotonnière — absorveu a maior parte da produção do Vale do Mearim; os armazéns que ela construiu em toda a região evocam até hoje a prosperidade desta empresa presente no Maranhão entre 1925 e 1943.

Assim, a nível do Maranhão, como no conjunto do nordeste[30], uma transformação estrutural chegou à estagnação das indústrias têxteis e açucareiras e à formação de uma região exportadora de matérias-primas. O capital internacional controla a circulação e a comercialização das mercadorias, sem porém penetrar os circuitos de produção abandonados aos coronéis[31] que constituem a nova burguesia local.

Por outro lado, os filhos da aristocracia fundiária, formados na Europa, são cada vez mais atraídos pelas carreiras oferecidas pelo crescimento econômico do sul.

É também nesta época que o comércio local de retalho está controlado pelos sírio-libaneses, que são os agentes da penetração no nordeste dos produtos manufaturados do sul.

A recessão industrial acompanha-se então da fuga da elite intelectual e de uma atração do capital local para o sul, onde oferecem-se melhores oportunidades de investimento, e para o qual vai a mais-valia realizada sobre a comercialização dos produtos manufaturados.

Usineiros e tecnocratas

No decorrer desta fase de estagnação, o Maranhão torna-se um importante exportador de produtos do extrativismo, principalmente o babaçu (*Orbygnia speciosa*) — secundariamente o jaborandi, o tucum e a carnaúba.

Foi alguns anos antes da Primeira Guerra Mundial, que os alemães se interessaram pelo babaçu. A exportação deste oleaginoso tomou uma grande extensão entre as duas guerras e continua sendo a principal fonte de recursos para o Estado do Maranhão, e um importante complemento de renda para as famílias de lavradores que quebram as castanhas e juntam as amêndoas, assim como uma possibilidade de lucro para os comerciantes industriais de óleo vegetal[32].

---

28. Estradas, máquinas a vapor, manufatura.

29. Ver Fernando Henrique Cardoso. 1977. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional.* Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1977.

30. Ver a respeito Francisco de Oliveira, *Elegia para uma re(li)gião,* R. de J: Paz e Terra, 1977, pp. 39 a 44 e 54 a 59.

31. Ver *Definição do Termo:* Nota (6) página 1033 supra.

32. "Do óleo bruto produzido no Maranhão, 15% fica na região para ser usado na fabricação de sabão,

Acervo ISA

Depois, durante a época Vargas (1930-54), caracterizada pelo apoio do Governo Federal aos grupos locais favoráveis à centralização do poder, o Governo do Maranhão começa a tomar medidas de orientação da produção, por exemplo, o Plano SETA (Saúde, Educação, Transporte, Agricultura: 1949-51), elaborado para a recuperação econômica dos vales orientais do Maranhão, com objetivo de fixar o homem na terra, e, na mesma ordem de idéia, com a participação da Associação Comercial, um amplo projeto chamado "Campanha da Produção" (1948-58), objetivando melhorar a qualidade da produção agrícola pela distribuição de sementes selecionadas, uma assistência médica e técnica aos trabalhadores, a abertura de estradas para o escoamento das mercadorias, realizando infra-estruturas nos povoados com trabalho coletivo.

Por outro lado, a nível nacional, na fase de crescimento do capitalismo brasileiro, e segundo a Divisão Regional do Trabalho, o Maranhão, com suas vastas regiões virgens, pôde tornar-se fornecedor de alimentos a baixo custo para o mercado interno, principalmente para as cidades do nordeste em rápido crescimento. É assim que os vales centrais do Maranhão (região dos cocais: Bacabal) especializam-se na cultura do arroz[33], seguindo a técnica tradicional da roça, a cultura progride rumo ao oeste acompanhando o movimento de expansão da fronteira agrícola.

Trata-se de um arroz de qualidade inferior, produzido por pequenas unidades familiares e na maioria das vezes vendido *na folha* aos intermediários. É interessante observar que, nestas regiões de recente valorização, não é, como no nordeste oriental, o grande proprietário que domina o processo de comercialização dos produtos agrícolas, mas é o comerciante que junta a produção dos pequenos agricultores posseiros. Este comerciante é na maioria dos casos também o usineiro, ele possui as máquinas de descascar o arroz. Ele é a pessoa chave do sistema de produção.

Os anos 60 são marcados pela procura de uma política regional capaz de desmotivar a organização dos movimentos populacionais, oriundos do crescente descontentamento dos trabalhadores rurais e pela vontade dos industriais do sul de integrar economicamente o Nordeste[34].

A criação da SUDENE, em dezembro de 1959, devia atender a esta expectativa; sua ação vai caracterizar a primeira década da intervenção pública na pré-amazônia maranhense.

O Projeto do Povoamento do Maranhão (PPM), cujo órgão executivo é o Grupo Interdepartamental de Povoamento do Maranhão (GIPM) da SUDENE, tem objetivos grandiosos: fixar 40.000 famílias em 5 anos em cima de 3 milhões de hectares que o Governo do Maranhão entregou para o Projeto com a finalidade de tornar a região o celeiro do arroz para o nordeste.

Porém a SUDENE sofre da ausência de uma infraestrutura de base capaz de executar os projetos administrados diretamente desde Recife, e na sua tentativa para estabilizar o fluxo dos migrantes nordestinos, ela não conseguiu responder às aspirações das organizações camponesas contra as quais serão finalmente aplicadas medidas de repressão direta como a prisão e a condenação, em 1968, de Manuel da Conceição, Líder do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pindaré-Mirim.

O Projeto Piloto de Colonização do Alto Turi — PCAT, nova denominação do GIPM após 1965, não pôde enfrentar a crescente invasão das terras por migrantes espontâneos.

Desde 1968, contactos foram mantidos entre a SUDENE, a F.A.O., a USAID e o BIRD, para tentar redefinir o modelo de colonização; a execução do modelo econômico, definido sob a orientação da F.A.O., é entregue para uma nova sociedade: a Companhia de Colonização do Nordeste — COLONE, que recebe então a região do P.C.A.T. reduzida a 939.000 hectares, e o Banco Mundial — BIRD — libera para o Governo Brasileiro um empréstimo de US$ 6,7 milhões para financiar as infraestruturas.

---

velas... enquanto 85% vai para 4 grandes empresas no Rio e São Paulo."

— *In* Babaçu, Belém. SUDAM — Estudos Setoriais e Levantamento de dados da Amazônia, 1972, SERETE, DSR, Vol. III, Tomo 1.

33. Ver Nonato Sérgio Maluf. Expansão do capitalismo no campo: o arroz no Maranhão, Campinas: UNICAMP, Mestrado, mimeo.

34. São os representantes políticos de indústrias do centro sul e uma minoria de nordestinos que permitiram a aprovação do Projeto de Lei criando a SUDENE, ver a respeito: Amélia Cohn — Crise Regional e Planejamento — São Paulo, 1976, p. 134 e seguintes.

Acervo ISA

3. ORIENTAÇÃO DA COLONIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM AGRÍCOLA

A encrava do Alto Turi

Após a reformulação do PCAT (1971), aparecem dois problemas fundamentais no funcionamento do projeto.

Em 1974, o primeiro censo analítico[35] realizado pela COLONE, mostra que a instalação das 5200 famílias em lotes de 50 hectares só é possível expulsando os posseiros minifundistas ou desocupando uma parte dos latifúndios que tinham começado a se formar antes mesmo da criação da COLONE, então, desde o início do projeto, aparece o problema fundiário.

Por outro lado, a mobilidade dos colonos continua geral, no conjunto da área do PCAT[36]; ela piora com a abertura das estradas de penetração (elas representam 77% do empréstimo do BIRD), que tem por efeito a aceleração da invasão das terras pelos colonos espontâneos (aproximadamente 20000 famílias).

Apesar disso, as metas do Projeto de Colonização permanecem.

Uma certa estabilização começa a aparecer a partir de 1977, quando começa a ser implantado o "Modelo Econômico"[37], com as 500 primeiras famílias.

A população que se beneficia diretamente do Projeto se torna, então, no interior da área considerada, uma minoria submetida a um modelo inacessível para os outros ocupantes.

Além da impossibilidade objetiva de estender o "Modelo Econômico" ao conjunto dos ocupantes, por razões que analisaremos posteriormente, a própria estrutura deste e a maneira como ele é executado estão na origem das dificuldades suplementares no processo de colonização. Podemos resumi-las como segue:

1. A principal componente, em termos de utilização do espaço, a pecuária de corte (68%), é aquela que oferece a mais baixa remuneração do dia de trabalho[38], e exige um desmatamento acelerado dos lotes.

2. A cultura que tem o melhor retorno econômico teórico, a fruticultura, está inadequada na ausência de uma política de adaptação da produção ao mercado.

3. A introdução de culturas, de alto valor agregado, destinadas principalmente ao mercado internacional, exige, além de um alto nível de assistência técnica, o apoio de um serviço comercial especializado e um controle centralizado da produção.

4. As dificuldades para intensificar rapidamente a utilização do crédito e da assistência técnica tornam extremamente vagarosa a implantação deste tipo de modelo.

Pelo contrário, o arroz, objetivo imediato do modelo, representa a melhor alternativa para a intensificação da produção, pois ele oferece intrinsecamente, nas condições atuais, um nível satisfatório de remuneração do trabalho[39].

Esta rápida avaliação mostra que a colonização dirigida não permitiu o controle da ocupação das terras[40] nem a integração de uma fração importante dos lavradores no processo de desenvolvimento econômico e social[41], e que, enfim, apesar das reservas florestais previstas no projeto, a devastação da floresta está praticamente total na subárea I do projeto (245000 ha) e bem empreendida na segunda subárea.

Convém, neste nível de análise do Projeto de Colonização, se perguntar sobre a origem destes problemas ou mais exatamente a respeito dos imperativos que predominam na elaboração do "Modelo Econômico", pois, de fato, os efeitos mais procurados nos projetos de caráter social atingem somente uma população limitada, a "população alvo". É para esta que a COLONE inicia atualmente a definição de um

35. COLONE, Contribuição ao Debate sobre a Regularização Fundiária no Alto Turi, São Luis, Julho de 1977 (Ver anexo n.° 1).

36. Valdecy de Urquiza e Silva, Destinação Fundiária, Procedimentos e Objetivos, Palestra na UFB, 19.04.78, 28 p. Ver também supra p. 1037, quadro n.° 1.

37. E na realidade um plano de ocupação dos lotes por produção, cada lote de 50 hectares deve ser dividido como segue: 3 ha de culturas de subsistência, 2,5 ha de pomar e construções, 34 ha de pastagens, 0,5 ha de pimenta-do-reino e 10 ha de reserva florestal.

38. Da ordem de Cr$ 12,00 por dia de trabalho (Cf. anexo n.° 2).

39. Da ordem de Cr$ 78,00 por dia de trabalho (Cf. anexo n.° 2).

40. Nos 939 000 ha administrados pela COLONE, fazendo abstração da subárea III (zona de expansão, já invadida), nós temos, para as subáreas I e II, uma taxa de ocupação controlada de 26,35%.

41. As 500 famílias que até o final de 1979 deverão ter integrado o "modelo econômico" representam menos de 10% do objetivo do projeto (5 200 famílias) e aproximadamente 2 a 3% dos posseiros da área do projeto de colonização.

Acervo ISA

"modelo alternativo" destinado para os colonos ainda não incluídos no modelo econômico que é pelas suas características[42] de aplicação restrita.

A COLONE, através de sua assessoria, está estudando soluções alternativas, mais flexíveis e evolutivas, que deverão permitir se selecionar culturas de renda capazes de substituir a pimenta-do-reino no processo de capitalização dos colonos.

Antes mesmo de terem sido concluídos os estudos relativos ao modelo alternativo, é possível prever que as orientações e previsões, como no caso do modelo econômico, serão limitadas a um plano de ocupação por lote substituindo apenas as componentes do modelo original sem modificar a natureza das relações de produção. Assim, o trabalho atualmente realizado nesta perspectiva não permitirá à Companhia fornecer os elementos de uma verdadeira alternativa capaz de atingir o conjunto da população da área do projeto de colonização. De fato, a escolha da política fundiária lhe escapa; além disso, as exigências em crédito na base das inversões necessárias para a simples implantação do modelo econômico (Cr$ 205000 por lote) representariam para as 25000 famílias um investimento da ordem dos maiores programas federais para a agricultura a nível nacional, assim como o programa de recuperação da pecuária: 5 bilhões de cruzeiros.

Vamos analisar os fatores terra, capital e trabalho, para avaliar até que ponto pode se conceber outras relações de produção bem como os efeitos destes sobre o meio.

Valorização da terra e expulsão dos pioneiros

Os autores da comunicação sobre *Desenvolvimento integrado na região do Alto Turi*[43] observam que, na medida em que no Brasil aumenta a proporção de capitais na exploração agrícola, a terra se valoriza em maior proporção, e, poderíamos acrescentar, a propriedade concentra-se ainda mais.

Se se considerar os investimentos realizados durante a administração do PCAT pela SUDENE — e os programas da COLONE (ver anexo n.º 3) — observar-se-á, sobre esta questão da terra, que os investimentos são repartidos de tal maneira que eles provocam:

* A valorização comercial da terra pela criação de infra-estruturas, tais como estradas de penetração diretamente ligadas à BR-316.

* A perda do valor agrícola da terra pela ausência de práticas de conservação da fertilidade, o que contribui para manter sistemas extensivos de produção.

Quanto às terras ocupadas segundo o programa de colonização dirigida, a COLONE conseguiu, até agora, evitar o fracionamento dos lotes ao preço de destruição das reservas florestais, enquanto, nas áreas invadidas, o processo tradicional de divisão dos minifúndios e da expansão dos latifúndios prossegue sem controle.

Além disso, não se pode esquecer que, até na hipótese otimista do acesso das 5200 famílias ao nível de pequeno empresário rural (objetivo do projeto), o atual modelo econômico pode provocar a médio prazo problemas insolúveis de degradação dos solos.

Todos os fatores concorrem à expulsão do pequeno agricultor, que está tentado pelo dinheiro que representa o preço da floresta que ele desmatou, ou a expulsão pelos grileiros; e mesmo se ele permanece na sua roça, ele não recebeu a formação necessária para manter a fertilidade da terra num regime de exploração permanente da mesma roça.

Admitindo que a COLONE procura garantir a permanência da pequena agricultura familiar na área ocupada por minifundistas[44], ela terá que elaborar em prioridade um programa de pesquisas agronômicas, objetivando definir sistemas de produção a partir de culturas tradicionais e plantas regionais capazes de contribuir para a luta contra a erosão[45] e chegando a formar uma paisagem de bosques. Estas culturas serão, além disto, analisadas nas suas interdependências, para valorizar a mão-de-obra de cada família em relação com o tamanho da posse.

Paralelamente à pesquisa destas respostas agronômicas, é possível entrever uma solução

42. Riscos fitossanitários importantes, grandes flutuações de mercado...

43. COLONE, o Projeto de Colonização do Alto Turi — PCAT, uma tentativa de D. R. I., 1.º Seminário Regional de Desenvolvimento Rural Integrado, Manaus (AM), Janeiro de 1977, p. 108.

44. Ver análise dos dados do censo de 1974, anexo 1.

45. Bosques lineários de fruteiras ou leguminosas, retenção leucena e fixação de curvas de retenção das águas de superficie, por exemplo, Vetiver (planta para perfume), cana-de-açúcar, bananeiras...

Acervo ISA

através da organização social dos posseiros na forma de grupos cooperativos, a fim de que possa ser garantida a permanência nas terras ocupadas por um documento oficial (carta de anuência): o dono (COLONE) reconhecendo oficialmente ao posseiro o direito de gozar da terra.

Estas respostas aos problemas fundiários é evidentemente parcial e não oferece qualquer garantia real ao lavrador, apenas elas podem propiciar condições mínimas de passagem da agricultura itinerante a uma agricultura sedentária.

A organização de comunidades agrícolas, na forma de grupos cooperativos ou seguindo outros modelos, mostrou-se na história agrária do Brasil, especialmente a partir dos anos 1957-62[46], um potente fator de organização da produção e da reestruturação fundiária[47].

Cooperativa e controle do capital

A Cooperativa Agrícola Mista Alto Turi Ltda. (COMALTA) apresenta-se como um meio para melhor valorizar a produção dos colonos, notadamente comercializando o arroz, principal produto, somente vários meses após a safra, quando a diminuição do número de fornecedores no mercado tende a fazer subir o preço.

Para realizar esta operação, a Cooperativa recorre ao capital bancário público e, mais especificamente, ao Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB). No caso do Alto Turi, este banco do Ministério do Interior, permite à Cooperativa obter o capital necessário para pagar aos associados o preço oferecido pelos comerciantes locais.

Para dispor de importantes quantidades de arroz, a cooperativa procura, num primeiro tempo, aumentar o número de seus membros[48]. O arroz sendo comercializado não descascado, mais valia controlada continua relativamente reduzida, da ordem de 10%[49] sobre a comercialização, isso só permite um aumento de capital muito lento.

Para poder aumentar o volume comercializado, a Cooperativa tem que se dotar de meios de estocagem e transporte. Ela procura também melhor valorizar seu produto, utilizando secador e descascador.

Essa fase de crescimento de uma cooperativa pode ser considerada como o início do crescimento vertical, pois a fração do capital que assegura o crescimento está cada vez mais concentrado na própria cooperativa. O capital financeiro colocado à disposição da cooperativa pelos bancos públicos[50] na forma de empréstimos obriga esta a capitalizar-se a um ritmo acelerado e a motivar os sócios a deixar na cooperativa uma fração crescente de retorno, para aumento de capital.

Na fase atual, os recursos da Cooperativa do Alto Turi, sendo ainda insuficientes os investimentos em infraestrutura (Ex.: secador para pimenta), estão assumidos pela COLONE, permitindo assim reduzir os compromissos bancários da cooperativa, que não tem garantias reais suficientes para tais empréstimos, e de acelerar a diversificação das atividades da Cooperativa.

Paralelamente aos créditos de investimento e equipamentos, os bancos oferecem à Cooperativa um sistema de crédito de custeio destinado aos associados; a Cooperativa assume assim a responsabilidade do crédito colocado à disposição dos agricultores e lhes facilita o acesso usando outras formas de garantia que as de bens imóveis habitualmente exigidas pelos bancos. A criação deste serviço na Cooperativa permite motivar um maior número de agricultores a associarem-se; assim prossegue o crescimento horizontal. Mas esta atividade significa também que os agricultores têm, coletivamente, através da Cooperativa, os riscos dos empréstimos. Uma das soluções para reduzir esses riscos já existe em alguns núcleos de colonização, onde a Cooperativa delega suas tarefas de fiscalização para um comitê de 5 membros para 50 famílias. Este está encarregado principalmente de verificar as operações de pesagem na entrega da

46. 1957-1962 Estruturação do movimento cooperativo no Brasil — a iniciativa do Governo a partir da classe média dos "granjeiros".

47. Criando estruturas, nas novas áreas de colonização, para receber os minifundistas e assim facilitar as suas saídas das zonas em via de modernização e/ou criando empregos a nível da transformação dos produtos agrícolas e, finalmente, criando serviços destinados a intensificar a produção (comercialização de insumos, assistência técnica).

48. Evolução da produção de arroz comercializado pela COMALTA (relatório anual) 1974-75 — 15 918 sacos (60 kg), 1975-76 — 42 534 sacos, 1976-77 — 60 521 sacos, 1977-78 — 106 572 sacos.

49. 1977 — 7,25%.

50. Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), Banco do Brasil, Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC).

Acervo ISA

safra e, ainda mais, de assegurar o reembolso do crédito; as relações de vizinhança permitem aos membros do comitê serem melhor informados que qualquer fiscal a respeito da utilização do crédito para outros fins e de evitar que a produção destinada ao reembolso seja vendida para comerciantes.

No caso específico da COLONE, a Cooperativa se encarrega também do repasse do crédito destinado à implantação do modelo econômico, o que representa um volume de operações de tipo bancário muito importante[51], determinante na organização da Cooperativa[52] e mostra o caráter estratégico desta no projeto de colonização dirigida.

A concentração do capital na forma de bens industriais, permitindo uma transformação mais elaborada das matérias-primas recebidas, torna-se a principal característica do crescimento da Cooperativa. Ele traduz-se por uma diminuição sensível da relação entre o valor do produto entregue pelos associados e as necessidades em capital da cooperativa, isto é, o peso econômico do agricultor nos mecanismos de crescimento da cooperativa torna-se cada vez mais reduzido.

A Cooperativa, como agente de aplicação do capital do Estado no setor da pequena agricultura familiar, tem por função trazer ao mercado uma fração maior dos produtos alimentares básicos (arroz, feijão, mandioca...) tradicionalmente autoconsumidos, e de facilitar a aparição de uma classe média capaz de produzir bens de exportação (carne, pimenta-do-reino, cacau...).

O capital investido pelo Governo nos projetos de desenvolvimento integrado, como o do Alto Turi, parece, em grande parte, destinado a facilitar a emergência de uma classe média cujo comportamento habitual é o apoio à situação[53].

O Governo parece querer reproduzir, nas áreas de colonização recente, a experiência das cooperativas do sul que, dirigidas pela classe média, contribuem também para a solução dos problemas da falta de capital na pequena agricultura familiar.

Nesta perspectiva, a fixação das 5200 famílias no Alto Turi aparece como uma tentativa de criar uma classe média capaz de ter um papel parecido ao dos "granjeiros".

Se, além disso, considera-se que é esta classe a privilegiada que, logicamente, terá que assumir a direção da cooperativa, a situação dos minifundistas permanecerá idêntica.

De fato, eles continuarão a ter o papel de fornecedor de gêneros alimentícios sem serem orientados para outros sistemas de produção melhor adaptados e capazes de valorizar o potencial produtivo da família em relação com o tamanho da parcela ocupada.

O desenvolvimento econômico da região e a mecanização das culturas provocará logicamente, a médio prazo, a emigração dos posseiros minifundistas para as cidades ou para novas frentes de colonização ou ainda a integração como trabalhador assalariado nas grandes fazendas. O capital financeiro investido pelo Estado nas frentes de colonização lhe permite orientar a escolha das produções e determinar as condições de fixação de uma fração dos migrantes. É, portanto, muito interessante analisar as migrações, que oferecem a mão-de-obra, não somente do ponto de vista do deslocamento, mas, principalmente, em relação às condições objetivas de assistência que levam à fixação de uma certa fração deste contingente[54].

Extensão rural e sistemas de culturas

A assistência técnica para a implantação do modelo econômico exige atualmente, no Alto Turi, mais de um técnico agrícola para orientar 50 famílias. É provável que este nível de assistência, ao contrário do que foi previsto pela Diretoria da COLONE, tenha que continuar para assegurar notadamente a proteção fitossanitária das culturas e melhorar o rendimento dos animais. Os gastos em assistência técnica representam atualmente aproximadamente 50% do valor do crédito aplicado anualmente.

51. O capital, assim investido, representa 17% do conjunto dos investimentos realizados no período (1972-77) (ver anexo n.° 3) para a implantação do PCAT e atingirá 42% no final de 1979 (ver anexo n.° 4), crédito de custeio e crédito de investimento fornecido pela COMALTA.

52. A reorganização da Cooperativa do Alto Turi, por técnicos da COLONE e do Banco do Nordeste do Brasil, tem como critério normas bancárias, contábeis e administrativas.

53. Ver notadamente nesta perspectiva o artigo de Aluizio Maranhão a respeito da política do Ministro da Agricultura Delfim Netto: Um partido no campo, arroz, feijão e voto, *In Isto É*, 27/06/79, p. 90 a 94.

54. Ver a respeito a tese de Luís Aragon. *Migrações e retenção migratória na Amazônia*, Belém, NAEA, UFPA.

Acervo ISA

A função dos técnicos tende também a modificar-se quando os agricultores assimilarem as técnicas de produção. A presença dos técnicos se torna necessária a nível de entrega, do armazenamento e da transformação da produção; alguns aproveitam a experiência adquirida para criar sua própria fazenda, integrando assim a classe média rural que o Estado procura reforçar.

Este modo de produção, onde predomina o crédito, provoca a concentração da atividade agrícola nas produções comerciais e leva à desaparição do autoconsumo.

Nas condições atuais, de crise econômica, a necessidade de produzir cada vez mais alimentos com custos os mais baixos possíveis, leva os detentores do poder político a tentar uma maior integração dos pequenos produtores, que atualmente são responsáveis pela produção dos 2/3 do feijão, mandioca e milho, e da metade do arroz produzido no Brasil, e isso principalmente através das cooperativas, como nós acabamos de ver acima.

O crédito continua sendo o principal meio utilizado para promover esta política, ele está reforçado pelo apoio financeiro a programas de pesquisas, como aquele iniciado pela EMAPA[55]. A respeito dos sistemas de cultura utilizados pelos pequenos agricultores, os primeiros resultados destas pesquisas[56] mostram que a combinação dos fatores de produção, pelos agricultores, é na maioria das vezes próxima da melhor, e que, portanto, é possível aumentar a capacidade de produção introduzindo apenas algumas práticas culturais[57]. Estas, permitindo ao agricultor diminuir os períodos de descanso do solo entre cada ciclo de culturas, de reduzir os tempos de trabalho e de evitar os pontos de estrangulamento.

Estas pesquisas serviram também para desmistificar as vantagens da mecanização acelerada da pequena agricultura familiar, pois nem sempre ela permite aumentar a renda real da família, e apresenta riscos de degradação acelerada dos solos quando não está acompanhada de certas práticas culturais.

A noção de *sistema de cultura*[58] é, nesta abordagem da realidade local, um conceito indispensável pela definição de um modelo alternativo que aproveita o saber camponês como ponto inicial, pois este é rico de práticas adaptadas às condições específicas do meio.

Para melhorar a renda dos agricultores assentados pela COLONE, foi possível mostrar[59] que os meios mais imediatos são a recuperação dos pomares, a comercialização e a transformação das culturas tradicionais, antes que a introdução de novas culturas.

As exigências conjunturais da política agrícola nacional e o projeto de consolidação do processo de ocupação do Alto Turi, deverão levar a COLONE a procurar melhorar os sistemas tradicionais paralelamente ao fortalecimento da classe média que seguirá o "modelo econômico", ou sua alternativa. Para isso, é necessário que seja encontrado um sistema de assistência técnica complementar ao atual, que poderá aproveitar jovens monitores de um nível escolar inferior, mas que terão um conhecimento mais profundo do meio e serão treinados nas profissões de artesão, agente de cooperativa ou agricultor.

Na ausência de um tal programa de formação, é fácil prever, a história já mostrou, que as ajudas excepcionais oferecidas aos pequenos lavradores ficarão sem efeitos estruturais e que a próxima etapa de crescimento econômico os obrigará a emigrar novamente e a integrar o processo de proletarização agrícola ou industrial, e que a cooperativa sofrerá uma fase de recessão, pois ela estará incapaz de assumir os serviços atualmente financiados pelas ajudas governamentais se ela não souber diversificar suas atividades e criar um capital de giro proporcional às suas inversões fixas.

Perspectivas para a pré-amazônia maranhense

A classe média em formação no Alto Turi deverá, porém, permitir às estruturas locais, principalmente à cooperativa, de adquirir uma certa autonomia. A saída progressiva da COLONE, que será substituída nas suas principais

55. Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária.

56. Ver Seguy e Bouzinac, Relatório Anual de Atividade, 1979, São Luís. Missão IRAT na EMAPA.

57. Utilização de herbicídios, de variedades melhoradas a partir de competições com as variedades locais, luta contra a erosão, rotação de culturas...

58. Rotação das culturas sobre a mesma parcela e repartição destas no decorrer do ano agrícola.

59. COLONE. APCC. *Estudos preliminares para um modelo agro-econômico alternativo.* São Luís, Janeiro de 1979.

Acervo ISA

funções por entidades governamentais, mostrará que a colonização dirigida tem, de fato, reproduzido as estruturas agrárias nacionais sem provocar nenhuma modificação no sistema de produção dos grandes pecuaristas, nem no dos pequenos posseiros produtores de arroz. Por outro lado, a progressão do babaçu nas terras desmatadas contribuirá a homogeneizar a paisagem e a integrar a situação econômica do Alto Turi no conjunto formado pela pré-amazônia maranhense.

Para desenvolver esta região, o Estado do Maranhão dispõe basicamente de duas fontes de recursos, uma federal, retorna na sua maioria para as regiões desenvolvidas do Brasil através das empresas (ex., Mendes Júnior), que realizam as infraestruturas, a outra, local, depende atualmente do arroz e do babaçu[60]. É a partir desta segunda que o governo pode estruturar uma ação econômica para fixar localmente uma fração maior, de mais valor, extraída das atividades ligadas ao setor agrícola. Isso melhorando, por exemplo, os sistemas de produção do arroz e favorecendo uma transformação mais elaborada do babaçu.

Isto sendo, ele poderia dispor do apoio político de ambos: pequenos produtores, que deverão receber uma assistência significativa para melhorar as condições de produção, e dos principais grupos econômicos ligados à industrialização do babaçu, cuja "modernização" exigirá a concentração dos meios de beneficiamento e comercialização.

Estas duas produções fazem, além disso, parte das questões chaves para a reestruturação econômica da agricultura, tanto a nível do Estado quanto Federal, pois a produção de arroz em melhores condições agronômicas acompanhará um aumento das outras produções alimentares, tais como feijão, milho e mandioca; e as grandes fazendas, onde o babaçu se expande naturalmente, integrar-se-ão à política nacional de produção de fontes renováveis de energia (óleos e carvão vegetal); por outro lado, o babaçu está perfeitamente compatível com a intensificação da pecuária de corte, outro objetivo do Governo Federal.

Parece então que o Maranhão orienta-se, na fase atual de estruturação de seu espaço, no rumo de um sistema econômico onde dominarão os complexos agro-industriais (óleo e carne), com um setor de pequenos produtores vinculados a cooperativas controladas pelo Estado, através do sistema bancário e dirigidas por uma classe média favorável à utilização de insumos industriais, rentáveis nas empresas agrícolas de tamanho médio.

As soluções agro-econômicas, às quais se faz referência neste texto, para realizar uma ocupação que preserva os recursos naturais e permite a permanência dos pequenos lavradores em lotes sensivelmente inferiores a 50 hectares, podem apenas contribuir à sobrevivência destes sistemas familiares. Somente a organização profissional numa dialética de luta de classe, inclusive nas cooperativas, poderá assegurar as conquistas dos pequenos lavradores.

CONCLUSÃO

As áreas pioneiras transformam-se pela passagem de fluxos sucessivos de migrantes; uma reduzida fração entre estes consegue fixar-se. A progressão que se observa habitualmente entre o desmatamento, a expulsão dos posseiros, a constituição das grandes fazendas e a formação de uma classe média urbana/rural corresponde de fato às diferentes etapas de penetração do modo de produção capitalista na agricultura. A legislação fundiária e as ajudas econômicas governamentais estão entre os principais instrumentos da política agrícola.

As diferenciações feitas pelos pesquisadores que estudaram as zonas pioneiras no Brasil são na maioria dos casos conjunturais, os conceitos então usados, tais como a dicotomoia entre áreas antigas e frentes pioneiras, ou entre moderno e arcaico, não permitem traduzir a realidade dos mecanismos de colonização.

A ocupação das últimas terras livres do Maranhão que ocorre agora, corresponde a uma nova fase de integração deste Estado aos mecanismos de circulação internacional das mercadorias, onde ele teve durante alguns períodos um espaço significativo apesar de marginal.

60. O babaçu representa 62% das exportações do Estado do Maranhão e o arroz mais ou menos 30%.

Acervo ISA

ANEXO 1 — *Tamanho médio das empresas agrícolas no Alto Turi. Trabalho da propriedade (1974).*

Classes (HA)	*Subárea I*		*Subárea II*		*Subárea III*		*Total (I + II + III)*	
	N.º de posseiros	*Área ocupada*	*N.º de posseiros*	*Área ocupada*	*N.º de posseiros*	*Área ocupada*	*N.º de propriedade*	*Área (ha)*
Até 1	585	292,5	302	151,0	186	93,0	1.073	536,50
De 1 a 2	567	850,5	332	498,0	278	417,0	1.177	1.765,50
De 2 a 3	237	592,5	171	427,5	204	510,0	612	1.530,00
De 3 a 4	303	1.060,5	232	812,0	70	245,0	605	2.117,50
De 4 a 5	138	621,0	100	450,0	70	315,0	308	1.386,00
De 5 a 10	403	3.022,5	337	2.527,5	197	1.477,5	937	7.027,50
De 10 a 15	219	2.737,5	120	1.500,0	63	787,5	402	5.025,00
De 15 a 20	238	4.165,0	105	1.837,5	52	910,0	395	6.912,50
De 20 a 30	237	5.925,0	79	1.975,0	31	775,0	347	8.675,00
De 30 a 40	161	5.635,0	37	1.195,0	33	1.155,0	231	8.085,00
De 40 a 50	293	13.185,0	56	2.520,0	16	720,0	365	16.425,00
De 50 a 100	394	29.550,0	103	7.725,0	45	2.375,0	542	40.650,00
De 100 a 200	99	14.850,0	13	1.950,0	16	2.400,0	128	19.200,00
De 200 a 400	53	15.900,0	2	600,0	9	2.700,0	64	19.200,00
De 400 a 600	13	6.500,0	1	500,0	2	1.000,0	16	8.000,00
De 600 a 800	5	3.500,0	—	—	1	700,0	6	4.200,00
De 800 a 1.000	3	2.700,0	2	1.800,0	—	—	5	4.500,00
Mais de 1.000	12	18.000,0	15	37.500,0	—	—	27	55.500,00
Total	3.960	129.087,0	2.007	64.068,5	1.273	17.580,0	7.240	210.735,00

Fonte: Censo/Pesquisa da COLONE.

OBSERVAÇÕES RELATIVAS AO QUADRO ANTERIOR

Apesar de que o censo analítico, realizado pela COLONE, seja relativamente antigo (1974) e não atualizado nós podemos extrair uma repartição aproximativa da terra segundo os tipos de empreendimento agrícola.

Trinta e sete latifúndios ocupam, em 1974, 12,93% da área recebida pela COLONE.

A área reservada pela FUNAI representa 17,3% (85000 ha).

As áreas destinadas para estradas, povoados e outras infra-estruturas, inclusive a Fazenda Central da COLONE (600 ha), totalizam 2,3% (11250 ha).

O número de lotes ocupados por posseiros com menos de 5 ha era, em 1972, da ordem de 3000.

E o número de lotes, na mesma situação, tendo uma superfície entre 5 e 40 ha, era da ordem de 2000.

Enfim, os lotes entre 40 e 100 ha, considerados como os mais adequados para a agricultura familiar tradicional, representavam apenas 40% da área ocupada e eram posse de 3450 famílias.

ANEXO 2 — *Valorização do dia de trabalho*
(Sistema manual)

Produções	*Prazo*		*Custo/ha (4)*			*Renda/ha (4)*		*Mão-de-obra/ha*			*Renda por dia de trabalho*
	1.ª Safra	*Produção*	*Implantação*	*Conservação*	*Amort. + conservação*	*Bruta*	*Livre*	*Conservação*	*Safra*	*Média anual*	
Pimenta-do-reino	2	8	89.000	19.000	30.125	100.000	69.875	135	250	411	170
Guaraná	3	15	25.250	8.365	10.049	40.000	29.951	61	500+34(3)	157	190
Pecuária de corte	7	10	4.320(1)	438(1)	870	1.066(2)	196	2	1	17	12
Arroz	0,5	0,5	3.000	—	3.000	9.000	6.000	54	23	77	78
Citrus	4	20	21.850	6.900	8.000	50.000	42.000	40	50	94	447

(1) Investimento médio para 1 ha num projeto de 32 ha, incluindo aquisição de 5 matrizes e de 1/2 reprodutor (Modelo econômico).

(2) Renda média por ha num projeto de 32 ha (Modelo econômico).

(3) Fermentação e secagem no forno.

Acervo ISA

ANEXO 3 — *Investimentos realizados para a implantação do projeto de colonização do Projeto de Colonização do Alto Turi — PCAT.*

I — Administração direta da SUDENE 62/72

Ano	*Cr$ do Ano*	*Cr$ 1977*
1962	330.333,00	29.586.346,96
1963	849.709,00	43.398.360,50
1964	948.767,00	25.437.669,86
1965	2.047.390,98	35.001.040,82
1966	2.668.948,44	33.087.465,11
1967	3.527.107,35	34.058.630,35
1968	4.174.498,70	32.450.818,06
1969	3.644.248,00	23.459.846,50
1970	3.518.221,48	18.906.616,30
1971	4.988.358,79	22.258.525,14
1972	2.688.378,86	10.255.667,50
TOTAL	29.385.962,06	307.900.987,10

Fontes: de 1962 à 1968, M. S. M., 1968;
de 1969 à 1972, Controle orçamentário DAA/SUDENE, 1972.

Distribuição dos investimentos

Coordenação, administração		15%
Despesas diversas de apoio logístico		36%
Pesquisas e atividades de base		17%
Atividade agrícola e pecuária	9,5	
Levantamentos de base	7,5	
Organização e desenvolvimento de comunidade		32%
Fornecimento de novos fatores de produção agrícola	1,5	
Infra-estruturas e instalação dos núcleos de colonização	9,0	
Formação de recursos humanos	12,0	
Ação comunitária	9,5	

II Administração da COLONE 72/79.

Programas	1973/1977 Cr$ 1.000	1977/1979 Cr$ 1.000	C. Total Cr$ 1.000	%
Desenv. comunitário	8.434	83.454	91.888	11,97
Infra-estruturas	16.723	172.321	189.044	24,62
Desenv. agrícola e pecuária	33.077	333.968	367.045	47,78
Unidades industriais	9.086	7.478	16.564	2,04
Estudos sócio-econômicos	2.090	14.783	16.873	2,20
Coordenação e execução de projetos	5.551	9.314	14.865	1,94
Administração geral	56.524	16.070	72.594	9,45
Total com crédito	131.485	637.388	768.873	100,00
Total sem créd. agrícola	108.274	332.166(1)	440.440	57,35

Fonte: COLONE.

(1) Incluindo o empréstimo do BIRD: 6,7 milhões de US$ (ver abaixo).

Acervo ISA

Empréstimo do BIRD ao Governo do Brasil para o Projeto de Colonização do Alto Turi (CONTRATO 835-BR)

Aplicações	*Valor US$ 1 milhão*	*%*
1 — Construção de estradas	5,19	77,46
2 — Construções, veículos e equipamentos	0,45	6,72
3 — Ampliação da serraria	0,10	1,49
4 — Escolas e postos de saúde	0,55	8,21
5 — Estudos		
6 — Juros relativos ao empréstimo	0,41	6,12
Total	6,70	100,00

ANEXO 4 — *Crédito agrícola repassado pela COMALTA.*

Crédito de investimento (Mod. econômico)			Crédito de custeio (arroz)		
Cr$ 20.858.000			*Cr$ 10.359.255*		
Cr$ 6.400.000	em	09.12.75	Cr$ 1.411.500	exercício	1974/75
Cr$ 8.301.310	em	13.10.77	Cr$ 6.695.255	"	1975/76
Cr$ 6.156.690	em	1978	Cr$ 2.252.500	"	1976/77

ANEXO 5 — *Demonstrativo da formação da renda familiar do colono em lote de 50,00 ha.*

Anos	*Receitas — Cr$*						
	Arroz (1)	*Pimenta* (2)	*Novilhos vendidos* (3)	*Matrizes descartadas* (4)	*Novilhas vendidas* (5)	*Totais*	*r. p. c.* (6) *(US$)*
I	43.200	—	—	—	—	43.200	277.
II	43.200	16.000	—	—	—	59.200	379.
III	43.200	32.000	—	—	—	75.200	482
IV	43.200	96.000	8.775	—	—	147.975	949
V	43.200	96.000	35.100	—	—	174.300	1.117.
VI	32.400	96.000	35.100	—	—	163.500	1.048.
VII	10.800	96.000	43.875	40.500	—	191.175	1.225.
VIII	10.800	96.000	52.650	24.300	16.000	199.750	1.280.
IX	10.800	96.000	61.425	24.300	24.000	216.525	1.388.

(1) 4 ha nos cinco primeiros anos, 3 ha no Ano VI e 1 ha nos demais. Produtividade: 1 800 kg/ha a Cr$ 6,00/kg.

(2) 800 pés/colono (0,5 ha): Prod.: Ano I — 0 kg/pé; Ano II — 0,5/pé; Ano III — 1,00 kg/pé; Ano IV e mais: 3,00 kg/pé. Preço: 40,60/kg.

(3) Animais com 13 arrobas, ao preço de Cr$ 675,00/arroba. Ano IV: 01; Ano V: 04; Ano VI: 04; Ano VII: 05; Ano VIII: 06 e Ano IX: 07.

(4) Animais com 12 arrobas ao preço de Cr$ 675,00/arroba — Ano VII: 05; Ano VIII: 03; Ano VIII: 03; Ano IX: 03.

(5) Animais vendidos ao preço de Cr$ 8 000,00 — Ano VIII: 02 e Ano IX: 03.

(6) Rpc tomando-se 6 pessoas por família e US$ 1,00 = Cr$ 26,00.

Nota: Para a implantação do Modelo econômico são necessários investimentos da ordem de Cr$ 204.250,00 (duzentos e quatro mil, duzentos e cinquenta cruzeiros), a preços de dezembro/1978, assim distribuídos:

A) Pastagens: Cr$ 39.850,00
B) Culturas permanentes: Cr$ 44.499,00
C) Edificações e instalações: Cr$ 31.905,00
D) Semoventes: Cr$ 69.500,00
E) Implementos: Cr$ 3.370,00
F) Eventuais: Cr$ 15.126,00